Teorias organizacionais: do ceticismo à consciência crítica*

Antônio Marcos Muniz Carneiro**

Sumário: 1. Alguns pressupostos da racionalidade científica; 2. A condenação da razão administrativa, pela razão instrumental, ao mesmo castigo de Sísifo; 3. Hipótese da saída antiparadigmática; 4. Considerações finais.
Palavras-chave: teoria organizacional; paradigma; racionalidade; mito; ciência; tecnologia; razão instrumental; razão subjetiva; flexibilização; interação.

Ciência e tecnologia como alicerces da ideologia do progresso.Teorias organizacionais explicam e prescrevem modelos em bases da razão subjetiva, porém numa realidade social cujo paradigma é a razão instrumental. Discussão de alternativas frente à instrumentalização das relações humanas ou ao paradigma produtivista das teorias da organização.

Organizational theories: from scepticism to a critical conscience

In a critical perspective of rationality, science and technology are understood as the foundation of an ideology of progress that disseminates the belief in the infinitude of possibilities of qualitative growth of the societies. Conceiving Nature as a machine, it would then be the task of man, its inventor, to make it better and ever more perfect. In the cost accounting of this kind of progressism, it is not taken into consideration, for instance, neither the social exclusion or the workers, brought about by the division of labour, nor the devastating effects of industrialization on the quality of life.

And it is based on these assumptions of modern science that, paradoxically, organizational theories have been trying, since Taylorism/Fordism up to our days, marked by flexible automation and the participative management of production, to explain and prescribe organizational models on the basis of a "subjective reason", inserted in a social reality whose paradigm is the "instrumental reason", or the reason "functional/technical".

However, antiparadigmatic hypotheses, derived from the scepticism as regards "rationalisms" and, therefore, envolving the so-called changes of "flexibilization"of the world of labour, are suggesting a discussion on alternatives for man in face of the instrumentalization of human relations or of the productivist paradigm of these organizational theories.

* Artigo recebido em ago. 1994 e aceito em fev. 1995.

** Bacharel e licenciado em letras — UFRJ; especialização em gramática textual no ensino do português — FL/UFRJ; especialização em educação e desenvolvimento de recursos humanos — FE/UFRJ; técnico em assuntos educacionais — Coppe/UFRJ; professor de língua portuguesa — SEE/RJ. (Endereço: Coppe/UFRJ — Programa de Engenharia de Produção — Tel.: 280-8832 R. 415.)

1. Alguns pressupostos da racionalidade científica

> *"O que nos leva, afinal, continou o Sr. Foster, para fora do domínio da mera imitação servil da natureza e em direção a um trabalho muito mais interessante da invenção humana.*
> *(...)*
> *— Também predestinamos e condicionamos. Decantamos bebês já como seres humanos socializados, tanto Alfas como Ipsilones, tanto os futuros trabalhadores de esgotos com os futuros... Ele ia dizendo os 'futuros dirigentes do Mundo', mas corrigindo-se, disse 'futuros Diretores de Incubação'."*
>
> (Aldous Huxley — *Admirável mundo novo.)*

> *"Deus meu, que fizemos?"*
>
> (Capitão Lewis ao sobrevoar os arredores de Hiroxima com o *Enola Gay,* na manhã de 6 de agosto de 1945.)

Jean Ladrière chama a atenção para a ambivalência de toda atitude em relação à ciência (Ladrière, 1979:189, 201). Mais precisamente a partir da II Guerra Mundial, que terminou com a utilização da energia atômica para fins de destruição da população civil, o otimismo do progressismo racionalista dá lugar à evidência de que o aparato científico-tecnológico acumulado e progressivamente desenvolvido poderia conduzir à total destruição da humanidade. Como "expressões mais autênticas e mais acabadas da grande corrente racionalista que vem da Antigüidade", a ciência e a tecnologia serviram de alicerces para a elaboração de uma ideologia do progresso: acreditava-se na infinitude das possibilidades de crescimento qualitativo das sociedades.

A ciência moderna (Barthollo Jr., s. d.), na sua forma atual, é porém o resultado do rompimento do simbólico, da perda do sentido da existência humana. Para ela, a natureza não tem significado, sua dimensão é mensurável e exterior à consciência. O poderio científico-tecnológico da modernidade contemporânea cresceu no interior de um "vácuo ético" que potencializa a capacidade destrutiva do *homo industrialis*, alienado de seu vínculo com a natureza. A racionalidade científica da otimização da humanidade por meio da objetivação da natureza não deixa de ser, desse modo, uma crença. A hipervalorização da razão *per se* pelo positivismo, em oposição à subjetivação ou à transcendência da religiosidade, paradoxalmente elevou aquela *ratio* ao altar da religião positivista!

Na civilização ocidental, a substituição do teocentrismo pelo antropocentrismo não conduziu a uma emancipação humana. Ao contrário, o antropomorfismo da natureza pela racionalidade materializou o poder onipresente, onisciente e autoritário de Zeus. Continuou a tese da dicotomia entre o criador e a criatura. A partir do Renascimento, o resgate do mito Prometeu, que desafiou Zeus roubando-lhe o fogo para entregá-lo às mais frágeis criaturas da cosmogonia da mitolo-

gia grega (Carneiro, 1978), os homens, poderia realmente significar para eles a libertação do jugo do deus supremo grego. Mas o racionalismo iniciado por Descartes buscará instrumentalizar a natureza, domesticá-la, reificá-la, reproduzindo até os nossos dias a vontade suprema de Zeus, de dominação do universo.

Esquecidos, talvez de que o homem pertence à natureza, os demiurgos do Iluminismo decidiram dessacralizá-la, considerando-a, portanto, profana. Assim perdeu-se a dimensão simbólica do mundo. A natureza passou a ser vista como uma fonte inesgotável de energia para o homem. Teve-se, então, de mensurá-la, quantificá-la, enfim, concebê-la matematicamente. O homem, na busca irrefletida e irrefreada pelo poder universal, não medirá esforços para consegui-lo. Pelo critério do conhecer como fazer, a matéria e o movimento são considerados os dois grandes princípios universais dos corpos (Boyle, 1989). Toda a natureza, com seus fenômenos "reconstruíveis", será identificada como *máquina*. Difundindo a imagem de Deus como um *mecânico*, um *engenheiro*, toda a obra do Criador será vista, então, como artificial. Segundo Paolo Rossi, "A negação da doutrina aristotélica sobre as relações entre natureza e arte, a idéia do saber como construção, a tese da cognoscibilidade, por parte do homem, dos produtos da mente e das mãos (e do mundo do direito, da moral e da história, cognoscível por ser *feito* pelos homens), a adoção do modelo *máquina* para a explicação e compreensão do universo físico, a imagem de Deus como *artífice*, *engenheiro*, *relojoeiro*: cada um desses temas — que tiveram importância decisiva — está indubitavelmente ligado à introdução, no mundo dos filósofos e dos cientistas, de um novo modo de considerar aquela *prática* e aquelas *operações* por muitos séculos relegadas às margens da cultura, consideradas indignas da atenção dos estudiosos e da consideração dos acadêmicos" (Rossi, 1989:120).

O fazer científico (Barbosa, s. d.), segundo Descartes, operacionaliza-se pela disjunção entre a *res cogitans* e a *res extensa*. A modernidade tem uma concepção não-orgânica da natureza, mas paradigmática, pois o conhecimento científico interessa-se apenas pelas causas próximas, imediatas. Somente Deus, criador e construtor do mundo, tem o conhecimento das causas primordiais e das essências. A ciência moderna, como visão mecanicista do mundo, terá na física a imagem mecânica do universo. Nesse sentido, a vida humana, como todo o cosmo, poderá ser regulada por leis universais, gerais, passíveis de serem aplicadas a quaisquer particularidades, independentemente de diferenças individuais, culturais, existenciais. A máquina maravilhosa, o mundo, estaria imune ao aleatório.

Resultante do movimento da racionalidade que remonta à Antigüidade, o projeto moderno apresenta o homem como senhor da natureza. Os produtos artificiais são agora concebidos como um aperfeiçoamento dos produtos naturais, "*ars est homo additus naturea*", e não "*imitatio naturae*", como no pensamento antigo e medieval. A imagem do relógio passa a ser o símbolo do conhecimento mecanicista da ciência. Introduziu-se um novo modo de considerar o saber como construção, como operação.

Tal concepção racional-mecanicista estrutura a totalidade em estruturas-parte somadas cujo funcionamento é igual em si mesmo. As razões (Barbosa, s. d.) para isso são:

a) estruturas-parte sem interferência ou interação;

b) mecanismo igual à ausência da história;

c) a parte como função absolutamente isolada.

Se o corpo é máquina, segundo a ótica moderna, devido ao mecanismo indiferente ao seu próprio movimento, o homem, "substância pensante", segundo Descartes, será então objetivamente analisado como uma estrutura de movimentos isolados e independentes, passível de ser decomposta em várias e diferentes partes. Essa racionalização, luz da primeira revolução industrial, no século XVIII, fundamentou a divisão do trabalho em manual e intelectual. Os trabalhadores "livres" do primeiro modo de produção auto-regulado, o capitalismo, logo reconhecerão o mesmo significado da atividade trabalhar, por analogia, encontrado na etimologia dessa palavra: do latim vulgar *tripaliare*, martirizar com o tripaliu (instrumento de tortura romano).

Marx, em sua teoria do valor-trabalho, destruidora da aparência de liberdade, encoberta pela instituição jurídica do "livre contrato de trabalho", revelou a violência social subjacente à relação do trabalho assalariado. Oferecemos, como exemplo da exploração da "mais-valia", o seguinte caso (Barbé, 1983:60):

1 tora de madeira	=	200,00
corte de 10 tábuas de 31,00	=	310,00
gasto da máquina	=	10,00
valor criado	=	310,00 – (200 + 10) = 100,00
custo do trabalho (salário)	=	50,00

Então, 50,00 ⟶ operário

VT = 50,00 ⟶ (mais-valia) patrão

Taxa de exploração = 100%

Assim, a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o custo do trabalho, ou

$$MV = VT - CT$$

Como no Renascimento, que resgatara o homem pelo prisma europeu, tal relação paradigmática entre o homem e a natureza também estendera seus tentáculos por "mares nunca dantes navegados" (Camões, 1979:29), dilatando a "boa nova", não a Fé e as memórias gloriosas de reis, porém a razão de uma nova classe, a burguesia, que destemidamente enfrenta perigos e guerras com um esforço maior do que "prometia a força humana" (Camões, 1979:29). A nova ordem mundial traz consigo o seu antípoda: os movimentos libertários do proletariado contra a opressão da nova classe dominante, a burguesia. Essa, em nome de valores caros à civilização ocidental — liberdade, fraternidade e igualdade —, ascende ao poder já utilizando-se daquela outra classe como seu braço para a derrubada da nobreza.

Não mais em nome de Deus, mas do Estado regulador fundamentado em leis naturais, as relações entre os homens e entre eles e a natureza passaram então a ser explicadas e prescritas. Determinados pela exterioridade de uma realidade tangível, objetiva, destituídos de qualquer subjetividade, os atores da mecanização do mundo, os trabalhadores, não seriam capazes de mover-se por si mesmos, pois seriam os "autômatos" cartesianos. Não foi sem conflitos que tal concepção buscou legitimar-se. Desde o direito à vida até às regulamentações trabalhistas, tudo isso foi resultado de muitas lutas dos trabalhadores. Aquilo que pareceria como "natural", um dado, fora resultado de longos e complexos processos de lutas sociais. Por meio da greve, por exemplo, vários direitos foram instituídos: "seguro obrigatório para os acidentes no trabalho, auxílio e tratamento em caso de doença, aposentadoria por velhice, um mínimo de higiene e segurança nas fábricas e oficinas, pagamento dos salários em dia certo e em dinheiro" já que a "maioria dos patrões possuía armazéns junto ao local de trabalho e pagava em vales só aceitos em suas lojas, onde as mercadorias eram sempre mais caras", "tratamento mais humano e mais justo por parte dos patrões, aviso prévio nos casos de demissão, férias anuais e tantos benefícios, transformados em leis universais" (Rodrigues, s. d.:22).

Ainda no início deste século, em 1914, um operário alemão sintetizou o que seria greve e as suas razões de ser:

"Como operário, só possuo uma mercadoria para vender: minha força de trabalho. Quero ter o direito de vendê-la, a um preço justo, decoroso, isto é, ao preço mais elevado possível, tal como faz o patrão que me dá trabalho com suas mercadorias.

Além disso, e sempre de acordo ou em conformidade com os métodos seguidos pelo meu patrão ou capitalista, eu faço parte de uma associação que estabelece o preço a que devo vender a minha força de trabalho. Membro dessa associação,

por esse fato me obrigo a não vender a minha única mercadoria a preço mais baixo do que o preço estabelecido. Se eu não quero pagar ao comerciante a sua mercadoria pelo preço fixado, ele não me vende; se não quer pagar pela minha mercadoria o preço que fixamos, eu não lha dou. Eis a greve" (Rodrigues, s. d.).

Do ponto de vista dos proprietários dos meios de produção, esse gesto do operário, a greve, fora sempre condenado, pois o consideravam indisciplina, desordem, subversão.

Salientamos também que, já no século XX, quando a técnica se alia à ciência, constituindo assim o que chamamos de tecnologia, a racionalidade de matriz weberiana, acrítica em relação à lógica capitalista da produção, descontextualizou as relações sociais dos cálculos da eficiência do progresso técnico-científico. De acordo com economistas e sociólogos convencionais, a tecnologia é concebida como "um modo racional de combinar recursos materiais para determinados objetivos" (Thiollent, 1980). Assim, a equação de eficiência de uma unidade ou sistema produtivo,

$$E = \frac{\text{Desempenho}}{\text{Custo}}$$

não leva em conta fatores humanos e ambientais. Quando ocorre uma greve, por exemplo, os efeitos sobre a produção são sempre de perdas apenas. Os cálculos técnico-econômicos não incluem, porém, a repercussão e o impacto gerados pelos efeitos da produção nas relações sociais e no meio ambiente. Só recentemente os fóruns internacionais de ciência e política têm manifestado uma vontade de reviravolta na tecnologia. Tais atitudes não são "voluntárias", emanadas do Olimpo através dos "homens de boa vontade", mas reações provocadas pela crise engendrada por esse modo de produção auto-regulado, tanto em sua forma privatista quanto estatal.

Essa racionalidade excludente de fatores ergonômicos e sociais, por analogia à manifestação da vontade imperiosa daquele senhor do universo de origem comum a nós mortais, irá demonstrar, de forma coercitiva e expiatória, a magnitude de sua força majestosa, que talvez nem Dante pudesse imaginar imersa no teocentrismo católico. No fim do verão de 1942, engenheiros do distrito de Manhattan projetaram a primeira bomba atômica para fins de destruição de civis. Apesar da rendição iminente do inimigo, era preciso uma demonstração de poder. Com seus 4,25m de comprimento, 1,50m de largura, 4.500kg e –0,5 deste peso como núcleo físsil, este feito um pequeno diamante envolto em uma grande quantidade de algodão, a bomba atômica lançada em Hiroxima não passava de nove megatons de capacidade explosiva, suficiente apenas para servir de "espoleta" a uma bomba de hidrogênio de mil megatons! Mas, apesar da inferioridade daquela, o espetáculo da explosão não deixa de ser, além de majestoso, arrepiante e pavoroso, com o clássico "cogumelo" que se forma rapidamente:

"Dois minutos depois da explosão o cogumelo chegava à altura de 12.000m. Passados mais dez minutos, a 'haste' do cogumelo atingiu 40.000m de altura, enquanto a cabeça ia de 16.000 a 150.000m de diâmetro" (Knebel & Bailey II, 1962).

Qual o custo, para o homem, desse progressivismo racionalista acelerado e ascendente? Em nome de que humanismo estamos falando? Mão seria o europocentrismo travestido de antropomorfismo, consubstanciando a dominação inexorável de Zeus?

2. A condenação da razão administrativa, pela razão instrumental, ao mesmo castigo de Sísifo

> *Os homens, dentro dos sistemas sociais organizados, estão sob a influência direta dessa potência divina. Zeus está tão presente no cotidiano gerencial/operacional que nenhuma organização pode ser criada ou instituída sem a sua presença. Zeus não é esquecido em nenhum momento, seus assuntos sempre são examinados antes dos problemas dos homens.*
>
> (Fernando Tenório, 1993.)

Desde o taylorismo-fordismo até os modelos da terceira revolução industrial ou pós-industrial, que buscam reescrever e explicar uma humanização indo do chão da fábrica aos frios escritórios informatizados, a fim de tornar as relações de trabalho mais participativas e flexíveis, constatamos, com ceticismo, que não passam de tentativas frustradas, tais como as de Sísifo, contidas num "eterno retorno" (Tenório, 1993:5-14). Principalmente hoje, um antagonismo é comum a todas elas: a combinação do crescimento da "racionalidade funcional/técnica" com a "emancipação humana". A história demonstra que tal projeto científico das teorias organizacionais não tem correspondido às expectativas do homem; é, isto sim, um mito moderno, "um relato daquilo que poderia ter acontecido se a realidade coincidisse com a realidade" (Ferrater Mora, 1993). E é por meio dessa analogia que o autor de O Mythos da Razão Administrativa, Fernando Tenório, busca introduzir a discussão da "razão administrativa". Não estaria esta condenada, pela razão instrumental, à pior expiação do inferno grego, o "eterno retorno"? Como poderá essa razão conciliar a razão substantiva, visão subjetiva do homem, com uma realidade social cujo paradigma é a razão instrumental, manifestação divina da vontade soberana de Zeus?

A "soldagem" do homem aos setores produtivos, segundo Tenório, é hoje a mesma cantilena ouvida na época da produção mecanizada. Atualmente, as modernas organizações pós-tayloristas, arejadas pelos ventos do neoliberalismo, buscam tacitamente ajustar o "mundo da vida" do trabalhador ao "mundo da organização", de tal forma que as diferenças sejam apagadas por uma espécie de homo-

geneização, fazendo com que o trabalhador "viva" mais intensamente a empresa, já que é nesta que deverá passar a maior parte do tempo de sua vida. Agora, não é só o indivíduo que deverá ser modelado por projetos organizacionais da produção, mas também o seu "tempo morto" fora do trabalho, superando assim a eficácia fordista ou do movimento das relações humanas de bases psicossociológicas. Com a informação processada eletronicamente, relegando as tarefas mecânicas e repetitivas à terceirização ou aos "robôs" monitorados por trabalhadores qualificados e isolados entre si, o patético autômata cartesiano, personagem chapliniano de *Tempos modernos*, produto de molduras e mensurações de tempos e movimentos, de racionalidade mecanicista, esse *homo faber* reificado dá lugar de fato ao *homo sapiens* cuja função não é mais executar e sim pensar, e que é capaz de dirigir, de tomar decisões diante da automação inteligente e flexível.

Nessa nova onda, devido à microeletrônica (*chips*) aplicada à mecânica e à biotecnologia, o antropomorfismo das máquinas e a manipulação *in vitro* do ADN tornariam o antigo sonho de Paracelso uma realidade: a criação do homem pelo próprio homem. Novos paradigmas são anunciados como antagônicos a tudo que aí sempre esteve. As teorias organizacionais tentam revestir-se do discurso científico: essa volta ao ponto zero, da qual a reengenharia é um exemplo. Estaria enfim superada a disjunção entre o *ergo cogitans* e o *ergo extensa* cartesianos? A seguir destacaremos alguns efeitos dessa onda nova.

Ciência e tecnologia como ideologia

> *A idéia de que a ciência pode e deve ser elaborada com obediência a regras fixas e universais é, a um tempo, quimérica e perniciosa. É* quimérica *pois implica visão demasiado simplista das capacidades do homem e das circunstâncias que lhes estimulam ou provocam o desenvolvimento. E é* perniciosa *porque a tentativa de emprestar vigência às regras conduz a acentuar nossas qualificações profissionais em detrimento de nossa humanidade.*
>
> (Paul Feyerabend, 1989.)

Para os pensadores da Escola de Frankfurt, primeira a criticar com rigor a racionalidade, como Habermas, um conceito (Habermas, s. d.) desta é apresentado por Max Weber ao definir a atividade econômica capitalista, o tráfego social regido pelo direito privado burguês e a dominação burocrática. Tal racionalização, dependente da institucionalização do progresso técnico-científico social, legitima-se pela ação social, pela secularização ou desencanto das cosmovisões. O mito da natureza compreendida por regularidades simples encanta pela possibilidade aparente da redução do esforço, tornando menos penoso aquele mesmo castigo dado a Sísifo e aos "trabalhadores livres".

O cientificismo das teorias organizacionais busca esconder qualquer intencionalidade de seus "geômetras", respaldados em postulados técnico-científicos.

Marcuse convence-se de que a racionalização é uma forma determinada de dominação política oculta. O conceito de razão técnica é em si mesmo ideologia. A técnica contém interesses dominantes de uma sociedade.

Num grande projeto de pesquisa no campo da teoria do conhecimento (Oliveira, 1983), desenvolvido na Universidade Federal de São Paulo nos anos 80, o mito da neutralidade científica foi questionado através de vários trabalhos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento científico. Num deles, relacionado com educação de adultos, discute-se claramente a inscrição da intencionalidade na técnica. Por meio de atividades pedagógicas voltadas para jovens e adultos, buscou-se compreender os problemas educacionais brasileiros *a partir* da prática e na prática. Verificou-se que a "teoria" é subjacente à prática, e o que é chamado de "tecnicismo" refere-se a um conjunto de procedimentos de postura mecanicista, lógico-formal e unilateral no entendimento dos fatores sociais determinantes do processo de trabalho.

Habermas diz que, apesar de a maquinaria do universo tecnológico em si ser indiferente perante os fins políticos, ela pode "servir de acelerador ou freio a uma sociedade". "No entanto, quando a técnica se transforma na forma abrangente da produção material, passa a definir uma cultura inteira e projeta uma totalidade histórica — um 'mundo'" (Habermas, s. d.). Isso explica, por exemplo, a adoção do taylorismo por Lenin. Linhart (1983:83) pergunta: como foi possível essa adoção, "modelo para a indústria soviética, nos primeiros anos que se seguiram à revolução de outubro?" O dirigente marxista russo propôs uma reviravolta no sistema taylorista, através da redução da jornada de trabalho, buscando com isso direcionar para o socialismo a utilização dos estudos dos tempos e movimentos do trabalho industrial russo. O salto da União Soviética, sua industrialização[1] a partir de então, é espetacular. Porém, seus efeitos para os trabalhadores não foram diferentes dos experimentados por seus companheiros de classe nos países de capitalismo privado. A recente dissolução da "cortina de ferro" que separava os dois lados europeus, leste e oeste, vem comprovar que as teorias organizacionais são indissociáveis de seus pressupostos ideológicos.

O marketing da qualidade

A disputa do mercado passou a ter como parâmetro a qualidade do produto ou do serviço. Difunde-se a crença de que a persuasão é o recurso mais valioso para a disputa do mercado, no qual a competitividade é cada vez mais tecnológi-

---

[1] Bettelheim considerou a experiência chinesa da Revolução Cultural, em curso no ano de 1966, uma experiência industrial que ampliou a participação política dos trabalhadores na empresa, diferentemente do processo de industrialização soviética. Segundo ele, "a regulamentação geral do trabalho foi transformada pela eliminação das regras e das relações de autoridade, pela generalização da participação dos quadros no trabalho manual e dos trabalhadores na gestão das empresas. O que é preciso sublinhar é que nunca estas medidas são decididas por cima. Trata-se, em cada caso, de transformações decididas no local de trabalho pelos próprios trabalhadores" (Bettelheim, 1971).

ca. A aliança entre a técnica e a ciência, por exemplo, proporcionará grandes investimentos de P&D patrocinados pelas empresas de grandes e médios capitais. A união da quantidade com a qualidade é operacionalizada. A padronização de produtos e serviços é gradativamente substituída por processos cujos pontos críticos são monitorados eletronicamente, reprogramáveis, não mais lineares. Antes, os processos eram acionados por programas rígidos, distantes das fábricas ou dos caixas dos bancos, fechados, como num Olimpo, em centros de processamentos eletrônicos, com uma linguagem ininteligível para o exterior dos CPD. Agora, como resultado do processo de produção flexível, o produto industrial passa a ter a "cara" do freguês. A ele a produção deverá conformar-se.

Visto assim, isoladamente, sem a relação entre a interioridade, agora pacificada, e a exterioridade aleatória, heterogênea, o produto ou serviço torna-se uma síntese jamais conhecida em nenhum período da história: o produto do trabalho como resultado da quantidade e da qualidade; ou da aglutinação do trabalho artesanal com o industrial.

Quando uma empresa vitoriosa no mercado propaga a unicidade do seu produto, com atributos de qualidade concomitante com eficiência técnica, não deixa transparecer o "arranjo" ou o "cenário" feitos para poder "lançar" suas marcas (ou símbolos). O mercado, como não é natural, fora convencionalmente estabelecido, construído por uma "rede" que desnuclearizou o poder, abandonando as tradicionais formas de truste necessárias ao capitalismo no tempo das válvulas para acionar todo tipo de mecanismo. Por meio da informatização, podem-se projetar em videoterminais "cenários" ou *frames*[2] que modelarão comportamentos e necessidades artificiais. Baseada numa espécie de "subjetividade" exteriorizada, a harmonia entre organização e indivíduo é plausível dentro dessa lógica sutil da racionalidade administrativa. Quem poderá asseverar que houve "manipulação" ou "dirigismo" na decisão em alguma parte do ciclo processual produção/consumo? Acaso o projeto não partiu das necessidades humanas de produtores/clientes?

Os efeitos da automação flexível na organização do trabalho

> *A informática é a técnica propulsora do processo de transformação tecnológica e cultural que hoje muda, e continuará mudando, a realidade subjetiva e social, mas ela é apenas a parte imersa do* iceberg. *Isso se deve ao fato de que, enquanto o uso de palavras como* basic, software, hardware *é apresentado como meta a ser alcançada na corrida à* "alfabetização", *as características e os efeitos da introdução das novas tecnologias parecem estar cada vez mais reservados ao conhecimento de poucos. O processo*

[2] *Frames* e *cenários* são modelos cognitivos globais que vêm sendo estudados não só pelas teorias da linguagem e comunicação, como também pela inteligência artificial e a psicologia da cognição (Koch & Travaglia, s. d.: 64).

> *em ato requer uma visão global, unitária, uma observação que, ao contrário do que vem ocorrendo, seja fruto de diversas abordagens disciplinares e científicas.*
>
> (Federação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica — Fiom — Confederação Geral Italiana de Trabalhadores — CGIL.)

Em 1986, publicaram-se na Itália, com fins didáticos e para um público de especialistas e não-especialistas, estudos sobre o processo de transformação tecnológica e cultural, impulsionado pela informática, num dos setores produtivos mais avançados em automação e elaboração de informações. Tais estudos nasceram da colaboração entre um grupo de professores universitários e outro da Fiom-CGIL, uma das mais importantes entidades sindicais da Europa, representante da maioria dos trabalhadores do setor industrial metalúrgico. Fundada em 1901, tem inspiração classista e organiza-se política e culturalmente de forma bastante diversificada.

Em Rebecchi (1990:15, 18) encontramos a exposição de alguns efeitos na organização do trabalho:

Isolamento do trabalhador

— substituição da linha de montagem e das ilhas de montagem por estações de trabalho isoladas;

— centralização do trabalhador feita por um cérebro num nível superior;

— nova hierarquia de tipo funcional;

— "só podemos conversar através de vídeo"; "nenhum de nós sabe mais o que o outro faz".

Controle

— realização de metáfora da transparência do trabalhador, do homem de vidro;

— transformação das funções tradicionais da hierarquia empresarial: o chefe não controla mais pessoalmente, repressivamente, agora recebe as informações sobre o trabalho por instrumentos de controle informatizados.

O chefe, abandonando o paternalismo e a compreensão repressiva, sem mais deixar-se contaminar pelas emoções desgastadas pelos velhos modelos de proximidade física diz: "Não sou eu que estou dizendo que você está trabalhando pouco, é a máquina; é a máquina que assinala os erros que você comete, eu só aviso".

"O paradoxo do computador: ou você não tem nada para fazer, ou tem que trabalhar demais para respeitar os seus ritmos."

— a redução da quantidade de tempos de espera (intervalos de tempo) absolutamente curtos dá a impressão de que são insuportavelmente longos;

— dilação (psicológica) do tempo de espera combinada a uma forte condensação do tempo de trabalho.

Para exemplificar tais efeitos, repercutidos além dos limites organizacionais das empresas, lembramos aqui uma espécie de sentimento *psicopata* muito generalizado, que produz uma incapacidade quase absoluta de alteridade. Durante a Guerra do Golfo, patrocinada pelos EUA conta o Iraque, com a anuência inédita da ONU, a eletrônica, diferentemente da mecânica, transformou a catástrofe da guerra num espetáculo para uma platéia universal. Diante de videoterminais de computadores embutidos em painéis de dóceis máquinas voadoras supersônicas e de milhões de aparelhos de TV, assistimos aos bombardeios como se fossem "fogos de artifício" ou mais uma partida de *videogame*. Diferentemente da Guerra do Vietnã, a imagem do conflito, o primeiro, neste século, assistido à distância, foi monitorada pela televisão, do ponto de vista dos efeitos nos civis, de tal maneira que a carnificina não "aparecesse" no interior dos lares. Tal dissimulação tinha um sentido logístico, ou seja, não repetir a *catarse* da *mass media* norte-americana promovida pelos "meios de comunicação".

A competição tecnológica a qualquer custo entre organizações, substituindo o poder pessoal pelo poder funcional e tecnocrático, mudou radicalmente o paradigma do conflito entre classes sociais no contexto do capitalismo, segundo Gorz (1987:80). Reconhecendo no proletariado uma incapacidade congênita de se tornar sujeito do poder, diz-nos o autor: "Se seus representantes se apossarem do aparelho de dominação instaurado pelo capital, reproduzirão o tipo de dominação do capital e se tornarão, por sua vez, uma burguesia de função. Uma classe não pode desapossar uma outra tomando o seu lugar no aparelho de dominação. Fazendo isso, não vai obter mais que uma permutação dos titulares dos postos de poder, nunca uma transferência desse poder".

Portanto, a utopia da superação, através da racionalidade instrumental, daquele castigo (Tenório, 1993) dado por Zeus às teorias organizacionais continuará sendo um sonho para os homens ainda presos aos parâmetros do *produtivismo* nas relações entre o homem e a natureza. Assim como Sísifo, que precisava tomar consciência de sua condenação à pior pena dos infernos — repetir tarefas indefinidamente, o "eterno retorno" — para ter alguma chance de libertar-se dessa pesada pena, a razão administrativa precisaria teorizar sobre as suas tentativas frustrantes de conciliar as razões substantiva e instrumental. Talvez assim pudéssemos ter uma visão menos dissimulada das realidades organizacionais.

3. Hipótese da saída antiparadigmática

> *A condição negativa da liberdade é esta: nenhum homem deve obediência a outro; só é livre no momento em que seus atos, todos eles, estejam determinados não pela vontade dos outros homens, e sim por sua vontade e suas convicções. Mas um homem a quem a fome obriga a vender seu trabalho, e com seu trabalho a sua pessoa, pelo menor preço possível ao capitalista que o explora; um homem, a partir de sua própria brutalidade e ignorância, entregue aos sábios exploradores, será necessariamente e sempre um escravo.*
>
> (Bakunin.)

Assim como a distribuição hierarquizada dos poderes do Olimpo disfarça o poder absoluto e solitário de Zeus, as diversas explicações e prescrições sobre a organização do trabalho, de acordo com Tenório, também buscam esconder a instrumentalização das relações entre os homens. Mantida assim a neutralidade da combinação de meios e fins, como quer hoje a razão tecnológica, legitimadora mais completa da racionalidade, nenhuma inquietação se fará sentir diante de tanta hipocrisia. Por isso, somente contrariando o comportamento da realidade modelada ou padronizada será possível interromper o círculo vicioso do inacabado/acabado das tarefas. Questionar *a priori* os paradigmas das teorias organizacionais implica necessariamente dissolver as ações "congeladas", "reificadas" das organizações. A partir daí, a consciência da falibilidade do rebento humano não deixará que este se acomode à permanente luta entre a transcendência e a imanência.

Na história contemporânea das idéias, podemos constatar sentidos opostos a paradigmas. Partindo do início do século XX, buscarei mostrar alguns sinais de fratura no paradigma produtivista das teorias organizacionais.

Os movimentos libertários

Depois da Revolução Francesa, e a partir de 1840, as divergências entre os ideólogos socialistas revolucionários, como Marx e Proudhon, passaram a ser metodológicas. Enquanto Marx considerava que a via para a construção de uma sociedade comunista era a criação de um Estado proletário *transitório*, que depois seria suprimido (via estatal), Proudhon defendia a autogestão do proletariado nas empresas (via federativa).

Porém após a Revolução Russa, em 1917, as divergências entre anarquistas e comunistas tornaram-se inconciliáveis (Rodrigues, s. d.): surgimento do capitalismo de Estado, com o término dos sovietes, no governo de Stalin. Apareceu

uma nova classe dominante, os burocratas do partido único. Eis algumas oposições fundamentais entre anarquismo e marxismo-leninismo:

Anarquismo	*Marxismo-leninismo*
— pela autogestão ou conselhos de trabalhadores	— pelo centralismo democrático da direção de um partido
— pela federação ou união de organizações associativas	— pela ditadura do proletariado ou do Estado
— descentralização política: a direção executiva deve administrar simplesmente as deliberações das assembléias, estando também submetida aos conselhos	— centralização política: a direção executiva deve ser dirigida por uma "vanguarda" ou por dirigentes de um partido político

No final do século XIX e início do século XX, fundados em teses anarquistas cujas origens remontam às filosofias grega e chinesa, os anarco-sindicalistas opuseram-se à dominação capitalista e também às tendências de regulamentação das relações sociais dos trabalhadores assalariados.

Edgar Levenroth (s. d.) sintetizou assim o ideal anarquista de organização:

Socialismo
– Estado
+ Organização livre
– Autoridade
+ Livre acordo
– Coação
+ Liberdade
– Propriedade privada
+ Socialização dos bens sociais
– Salariato
+ Comunismo
– Concorrência
+ Apoio mútuo
– Centralismo
+ Federalismo
– Dogmatismo
+ Livre exame
= Anarquia

A pedagogia libertária concebe a educação progressista ou liberal como opressora da criança na sua busca livre da satisfação de suas necessidades físicas,

morais e intelectuais, devido à imposição de pensamentos pré-fabricados para a adaptação da criança ao mecanismo social. Tal educação é, segundo Francisco Ferrer (Tragtenberg, 1978) a tradução da "dominação". O "saber opera como a tradução do poder". Tal pedagogia valorizará portanto a cooperação em vez da competição, a solidariedade em detrimento da competição, o igualitarismo em vez dos juízos discriminatórios e reprodutores de uma rígida estratificação social.

Segundo Tomasi (1979:21-5) a evolução política e econômica desenvolveu-se no sentido contrário às aspirações do anarquismo, mas a consciência do perigo que representava todo esse progressivismo desenfreado fez com que as ideologias libertárias renascessem, substituindo sua forte identificação com o positivismo, o "cientismo por vezes ingênuo e dogmático", pela consideração de fatores sociológicos em bases deterministas, mecanicistas. Os mesmos, aliás, que criariam seu paradoxo.

O intelectual orgânico de Gramsci

Sem pretender resumir as contribuições do pensamento de Gramsci à filosofia contemporânea destacarei aqui o conceito de intelectual orgânico que tanto influenciou e influencia o campo das ciências humanas. Crítico da tendência à especialização observada na modernidade, que tanto aprofunda e alarga distância entre trabalho intelectual e manual, o pensador italiano destaca a importância histórica dos sistemas de idéias ou filosofias. Entendendo que toda filosofia expressa uma sociedade, Gramsci chama a atenção para a importância da diferenciação filosófica no que tange ao seu alcance histórico ou especulativo.

Nesse sentido, a filosofia da práxis ganhou maior relevo em relação à idealista. Evitando qualquer tendência ao solipsismo, essa filosofia historia o pensamento na medida em que o assume enquanto concepção do mundo. Relativizando o conceito de "criador", entende este como pensamento modificador do modo de sentir da maioria e, por conseguinte, modificador da própria realidade. Esta não existe em si mesma, em si e por si, mas na relação histórica com os homens que a modificam. Portanto o valor histórico de uma filosofia poderá ser calculado segundo a eficácia *prática* conquistada.

A passagem do saber ao compreender, ao sentir e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber pode ser entendida como uma síntese de dois pensamentos (Garcia, 1985:329) radicalmente opostos a respeito das idéias:

Nihil est in intellectu quod priu non fueriti in sensu (Locke).

(Nada nos chega ao intelecto sem ter antes passado pelos sentidos.)

Nihil est in sensu quod priu non fueriti in intellectu (Hegel).

(Nada nos chega aos sentidos sem ter antes passado pelo intelecto.)

Daí a distinção entre dois elementos dispostos polarizadamente pela racionalidade e que podem estar presentes num indivíduo ou mesmo numa organização:

"O elemento popular 'sente', mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e, sobretudo, nem sempre 'sente'" (Gramsci, 1978:163).

A ligação entre esses dois elementos poderá tornar as relações sociais mais vivas, orgânicas, e não mais mecânicas, inertes ou inorgânicas.

A racionalidade comunicativa

Ante a parafernália da cibernética, da informatização da sociedade, a racionalidade comunicativa, alheia à polarização entre as razões instrumental (conhecimento voltado para a produção) e substantiva (conhecimento do homem), vem a ser um procedimento argumentativo no qual a razão é implementada por meio da interação dos indivíduos. Proposta por Jürgen Habermas, da escola de Frankfurt, a Teoria da Razão Comunicativa vê no *agir comunicativo* uma alternativa ao tecnicismo existente, um projeto de uma natureza como interlocutor em vez de objeto, isto é, uma interação simbolicamente mediada e, portanto, oposta à ação racional teleológica.

O diálogo assume, com isso, um significado essencial para a razão comunicativa, que reconhece uma imanência na conexão entre a técnica e a estrutura racional dirigida para fins.

Habermas assim valida a dialogicidade:

"Só quando os homens comunicarem sem coação, e cada um se puder reconhecer no outro, poderia o gênero humano reconhecer a natureza como um outro sujeito — e não, como queria o idealismo, reconhecê-la como o *seu* outro, mas antes reconhecer-se nela como noutro sujeito" (Habermas, s. d.:53).

A razão do *agir comunicativo* em vez do agir trabalhar (objetivo) formulará questões e propostas a partir de contribuições recebidas pela nova retórica, que reconhece a função representativa da linguagem não mais como fundamental a esta, mas sim a função pragmática.

Esta concepção da linguagem entende como simbólica a essência das relações sociais e do homem com a natureza. Se, como nos faz crer Peirce (1975) o signo é algo colocado no lugar de alguma coisa para certos propósitos de alguém que o tratará como se fosse aquele outro, poderemos entender mais claramente a concepção de Whorff (Feyerabend, 1989:349) sobre a utilização de códigos lingüísticos ou não como sendo, também, modeladora de eventos (fatos, estados de coisas).

Sem desmerecer o ponto de vista científico tradicional, a argumentação relativiza a unilateralidade do saber, tornando o objeto deste um fenômeno apreendi-

do de forma totalizada, mediatizada pela interlocução, o que dinamiza o próprio conhecimento dado, fazendo com que este perca a sua imanência e adquira sua transcendência devido à intencionalidade implementada.

As tendências ao discurso mediatizado entre pares internos (trabalhadores e gerentes) e externos (clientes e sociedade) têm adquirido maior relevância nas teorias organizacionais críticas em relação aos "racionalismos". Explicam o crescente uso da interdisciplinaridade nas instituições em geral e, em particular, nas áreas de educação e desenvolvimento de recursos humanos.

A contextualização social da eficiência tecnológica

Diferentemente da escola das relações humanas, que visava, por ações psicológicas, compensar a fadiga do trabalhador provocada pelo sistema taylorista-fordista, a atual corrente internacional, conhecida como projeto de "humanização das condições de trabalho" (Thiollent, 1980:85), situa-se no âmbito das "políticas públicas" e reflete a importância cada vez maior da humanização do trabalho no contexto da crise de legitimidade do capitalismo.

A eficiência, como norma fundamental de toda tecnologia, é questionada por levar em conta exclusivamente os aspectos econômicos e financeiros. Propõe-se um enfoque mais social desse tópico, já referido neste trabalho, e que, de acordo com Thiollent (1980:84), "teria grande repercussão sobre a normatividade das decisões em matéria tecnológica e industrial". Assim, seria também considerado como redução de custos tudo quanto satisfizesse o indivíduo nos aspectos ergonômicos e psicossociológicos, e como melhoria do desempenho, as possibilidades de educação, de desenvolvimento afetivo e de auto-realização do indivíduo.

Para finalizar essa abordagem, recorro às palavras conclusivas de Thiollent (1980:86) sobre a contextualização social da tecnologia:

"Existe uma razoável convergência entre diversas concepções para considerar que a crítica da racionalidade, conduzida de um modo que não seja 'irracionalista', passa pela superação de sua apreensão meramente formal, independente dos fins. No contexto da tecnologia, tal superação do formalismo é operada pela consideração dos aspectos sociais envolvidos na atividade tecnológica, tanto no nível dos fins quanto no dos constrangimentos sobre os meios, e inclusive no que tange ao critério de eficiência."

4. Considerações finais

Hoje a compreensão do papel das organizaçõres no processo de desenvolvimento do homem leva em conta uma subjetividade que foi por muito tempo dissimulada pela racionalidade e vista transversalmente como manifestação divina da vontade do Absoluto — fonte da civilização ocidental. A consciência mítica

assume virtual importância para o resgate da dimensão simbólica das relações humanas, favorecendo o desenvolvimento da capacidade crítica em relação ao fenômeno organizacional.

O indiscutível deve dar lugar ao discutível. O intelecto, ao sensível. Sem desconsiderar as verdades aceitas como inabaláveis, tudo será passível de questionamento. Pela originalidade, poderemos perceber a associação entre o conceito da criação e a idéia mítica:

"Um mito, como um míssil da astronáutica, sonda o cosmos, e a primeira procura desses dois produtos da imaginação humana é a origem das coisas. A origem do universo (ou cosmos) é cosmogonia, e saber como foi essa gênese (ou nascimento) é desvendar a origem do homem para depois buscar seu destino. Saber como se criou e como se cria" (Meserani, 1973:14).

Dentro dos limites dessa análise crítico-reflexiva, podemos afirmar que se faz necessária uma revisão crítico-reflexiva das teorias organizacionais, para que sejam permeadas as contradições entre irracionalismos e racionalismos, tão presentes na dinâmica organizacional e ocultas pela maioria, cujo fim trágico seguiu o mesmo castigo dado o Sísifo por Zeus. Tal visão propicia a substituição daquelas práticas imediatistas, irrefletidas pelos seus atores, desprovidas de qualquer totalidade, por novas formas organizacionais capazes de possibilitar a realização plena, com eficiência, eficácia e efetividade, do trabalho enquanto cooperação propiciada pela mediatização da alteridade interlocucional.

Referências bibliográficas

Barbé, Domingos. *Teologia da Pastoral Operária — experiência de Osasco, SP.* Petrópolis, Vozes, 1983.

Barbosa, Wilmar do Valle. Considerações em torno da ciência, da técnica e da natureza. In: Dias, Danilo de Souza & Barthollo Jr., Roberto A. (orgs.). *Travessia do espelho: reflexões sobre filosofia da ciência e da técnica na modernidade.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s. d.

Barthollo Jr., Roberto A. A sombra dos minaretes. In: Dias, Danilo de Souza & Barthollo Jr., Roberto A. (orgs.). *Travessia do espelho: reflexões sobre filosofia da ciência e da técnica na modernidade.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s. d.

Bettelheim, Charles. China e URSS: dois "modelos" de industrialização. In: *Textos de Apoio 1.* Portucalense, 1971, passim.

Boyle, R. Origins of forms. Apud Rossi, P. *Os filósofos e as máquinas.* São Paulo, Schwarcz, 1989.

Camões, Luís de. *Os Lusíadas.* Abril Cultural, 1979.

Carneiro, Antônio Marcos Muniz. *O mito: a realidade acorrentada.* Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 1978. mimeog.

Ferrater Mora, José. *Dicionário de filosofia.* Apud Tenório, Fernando G. Op. cit.

Feyerabend, Paul. *Contra o método.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

Garcia, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.* Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1985.

Gorz, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo.* Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

Gramsci, Antonio. *Introdução à filosofia da práxis.* Portugal, Antídoto, 1978.

Habermas, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia.* Portugal, Edições 70, s. d.

Knebel, Fletcher & Bailey II, Charles W. Cinzas de Hiroxima. In: *História secreta da última guerra.* Rio de Janeiro, Seleções Reader's Digest, 1962.

Koch, Ingedore & Travaglia, Luiz. *Texto e coerência.* São Paulo, Cortez, s. d.

Ladrière, Jean. *Os desafios da racionalidade (o desafio da ciência e da tecnologia às culturas).* Petrópolis, Vozes, 1979.

Levenroth, Edgard. Síntese fundamental das bases do anarquismo. Apud Rodrigues, Edgar. *Novos rumos (história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil: 1922-1946).* Rio de Janeiro, Mundo Livre, s. d.

Linhart, Robert. *Lenin, os camponeses e Taylor.* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

Meserani, Samir Curi. Mito-míssil. In: *Redação escolar: criatividade.* São Paulo, Discubra, 1973.

Oliveira, Betty. *Aprendendo a ser educador 'técnico + político'.* São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 1983. (Programa de Educação de Adultos.) mimeog.

Peirce, Charles S. The division of signs. In: *Collected papers of Charles Sanders Peirce.* Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard University. Edição em português: *Semiótica e filosofia.* Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1975.

Rebecchi, Emilio. *O sujeito frente à inovação tecnológica.* Rio de Janeiro, Vozes/Ibase, 1990.

Rodrigues, Edgar. *Trabalho e conflito (pesquisa 1906-37).* Rio de Janeiro, Mundo Livre, s. d.

Rossi, Paolo. *Os filósofos e as máquinas.* São Paulo, Schwarcz, 1989.

Tenório, Fernando G. O mythos da razão administrativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, *27*(3), jul./set. 1993.

Thiollent, Michel. Crítica da racionalidade e reavaliação da tecnologia. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas (7), 1980.

Tomasi, Tina. A proposta pedagógica libertária. In: *Antologia do socialismo libertário*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.

Tragtenberg, Maurício. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. In: *Educação & Sociedade*, Unicamp/Cortez & Moraes (1), 1978.